

ALMEIDA, José Cardoso de

*dep. fed. SP 1906-1912 e 1930.

José Cardoso de Almeida nasceu em Botucatu (SP) no dia 8 de setembro de 1867, filho de Antônio Cardoso do Amaral. Seu pai, líder político da região, foi vereador de 1895 a 1928 e prefeito municipal em diversas ocasiões.

Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1890 e abriu escritório de advocacia na cidade.

Em 1894 foi eleito deputado estadual com 29.891 votos pelo Partido Republicano Paulista (PRP) para a legislatura 1895-1897, e integrou a Comissão de Instrução Pública do Congresso Legislativo de São Paulo. De 24 de abril a 15 de junho de 1897, respondeu interinamente pela Secretaria de Justiça do estado, no governo de Manuel Ferraz de Campos Sales (1896-1897). Foi reeleito deputado estadual com 22.233 votos para a legislatura 1901-1903, e escolhido primeiro-vice-presidente do Congresso Legislativo. Durante seu mandato, empenhou-se na defesa de diferentes temas: divisas municipais; construção da linha de carris de ferro de São Paulo à então cidade de Santo Amaro; reorganização da Força Pública; nomeação dos oficiais de justiça; orçamento do estado e criação de escolas. Entre estas, cabe citar duas escolas que seriam efetivamente criadas: o Grupo Escolar José Alvim, hoje Escola Estadual José Alvim, no município de Atibaia, instituído pelo Decreto-Lei de 27 de novembro de 1904 e instalado em 1905; e o Grupo Escolar do Pari, atual Escola Estadual Oreste Guimarães, em São Paulo, instituído pelo Decreto de 21 de dezembro de 1904.

No primeiro governo de Rodrigues Alves em São Paulo (1900-1902), licenciou-se do Congresso Legislativo por ter sido nomeado chefe de Polícia do estado, cargo que exerceu de 1901 a 1902. Nesse último ano elaborou um relatório no qual destacava que a melhoria da Polícia paulista só seria possível com a criação de uma carreira profissional que garantisse acesso progressivo aos diversos cargos. Daí surgiu uma proposta de ampla reformulação da Polícia Civil, visando sua transformação em uma instituição de carreira. Com base nessa proposta, o presidente do estado Jorge Tibiriçá Piratininga (1904-1908)

apresentaria projeto que seria transformado na Lei nº 979, aprovada no Congresso Legislativo de São Paulo em 23 de dezembro de 1905, criando a Polícia Civil de Carreira do Estado de São Paulo.

Ainda em sua gestão à frente da Polícia paulista, foi assinado convênio para a vinda da Missão Militar Francesa, que tinha por objetivo a profissionalização da instituição. Os franceses permaneceriam em São Paulo de 1906 a 1914, respondendo pela formação da Polícia paulista, que ganhou alto padrão de organização e disciplina militar.

Após deixar o cargo de chefe de Polícia em 1902, foi nomeado diretor do Banco de Crédito Real, cargo que exerceu de 1903 a 1904. No governo de Jorge Tibiriçá Piratininga, voltou a ocupar interinamente a Secretaria de Justiça, de 1º de fevereiro a 13 de março de 1906. Depois disso foi nomeado secretário da Fazenda. Após deixar a Secretaria da Fazenda, ainda no mesmo ano, quando São Paulo já se firmava como a capital financeira do Brasil, foi nomeado diretor da Companhia Paulista de Seguros Marítimos e Terrestres. Essa empresa, depois de diversas incorporações, passaria a integrar a Liberty Paulista Seguros, uma das maiores do Brasil.

Em 6 de julho de 1906 elegeu-se deputado federal por São Paulo na vaga aberta por Amaral César, e em 14 de agosto foi reconhecido. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, foi reeleito em 1909 e 1912. Destacou-se em vários pareceres na Comissão de Finanças, tornando-se uma das principais lideranças do PRP na Câmara. Renunciou ao mandato de deputado federal em 1912 para assumir a Secretaria da Fazenda de São Paulo, no segundo governo de Rodrigues Alves (1912-1916), e continuou no cargo no governo de Altino Arantes (1916-1920). Administrador respeitado, tanto no trato de empresas privadas como de órgãos públicos, quando Delfim Moreira assumiu a presidência da República (1918-1919) deixou a Secretaria da Fazenda de São Paulo para assumir a presidência do Banco do Brasil.

Foi mais uma vez eleito deputado federal em março de 1930. Empossado na Câmara dos Deputados em maio seguinte, tornou-se líder da bancada paulista e da maioria. Diante da confirmação de boatos sobre a existência de agitações revolucionárias nas forças armadas

em São Paulo, Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, apresentou o Projeto de Lei nº 293/30, subscrito pela maioria parlamentar, declarando em estado de sítio o Distrito Federal e os estados mencionados até 31 de dezembro daquele ano. O projeto autorizava o presidente da República a estender o estado de sítio a outros pontos do território nacional, onde fosse necessário, e liberava as operações de crédito para as despesas extraordinárias exigidas pelas circunstâncias. O projeto foi aprovado por 119 votos contra seis, repetindo-se a aprovação no Senado. Foi sancionado pelo presidente Washington Luís (1926-1930) na noite de 4 de outubro de 1930, mas o esforço foi em vão: a revolução foi vitoriosa, e em 3 de novembro Getúlio Vargas chegou ao poder. Com a vitória dos revolucionários, todos os órgãos legislativos do país foram extintos e Cardoso de Almeida foi exilado na Europa. Faleceu em Paris, França, no dia 5 de outubro de 1931.

Era casado com Ismênia Azevedo Cardoso de Almeida.

Em sua homenagem, seu nome foi dado a uma conhecida rua no bairro de Perdizes, em São Paulo, e a uma estação ferroviária em Parabussu Paulista.

Especialista em economia, deixou vários escritos.

Carlos Alberto Ungaretti Dias

FONTES:

ABRANCHES, J. *Governos* (v.2); AMARAL, A. *Dicionário*; ALMEIDA, J. *Relatório*; Buscalegis. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewFile/12861/12425>>; CÂM. DEP. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/Publicacoes/html/pdf/construcao3.pdf>>; CENTRO REF. EDU. MARIO COVAS. Disponível em: <<http://www.crmariocovas.sp.gov.br/neh.php?t=006na>>; *Correio Paulistano* (7/10/1851); *Folha da Manhã* (7/10/1931); FONSECA, A.; FONTES JUNIOR, A. *Câmara*; GOV. SP. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao35/materia>>

03/>;

GOV. SP. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Disponível em:

<<http://www.justica.sp.gov.br/Modulo.asp?Modulo=195>>; Pinacoteca. Disponível

em: <http://www.pinacoteca.org.br/?pagid=pinacoteca_luz>; SENADO. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/web/senador/rtuma/not_completa.asp?codNoticia=45451>; SILVEIRA, L. *Relatório*; VIEIRA, H.; SILVA, O. *História*; Vivasp.

Disponível em: < <http://www.vivasp.com/texto.asp?tid=3457&sid=3>>